



4 Reconhecimento e Certificação de Saberes Adquiridos ao Longo da Vida

No final do ano de 2000 foram criados, pela Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), os primeiros quatro *Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências** (Silva *et al*, 2002) que, a partir de 2001, dão origem à Rede Nacional de Centros RVCC. Neste âmbito promove-se o Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, como complemento aos restantes sistemas de educação e formação de adultos existentes no país. Até ao final de 2006 foram criados 274 Centros RVCC (designação que se manterá até 2007).

Estes Centros são promovidos por entidades públicas e privadas, devidamente acreditadas como espaços

privilegiados de mobilização dos adultos para a aprendizagem e de aplicação e aprofundamento de metodologias de reconhecimento e validação de competências previamente adquiridas, as mesmas que são adoptadas, numa primeira fase (2000-2007), nos Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA). Os custos da instalação e funcionamento dos Centros RVCC foram inicialmente apoiados pelo QCA III, medida 4.1. do PRODEP.

As equipas técnico-pedagógicas destes Centros desenvolvem o seu trabalho a partir de documentos que estruturam as diversas etapas do processo – Roteiro Estruturante (Leitão *et al*, 2001) e Carta de Qualidade (Gomes e Simões, 2007) que

visam permitir a qualquer adulto descobrir as suas potencialidades pessoais e profissionais, contribuindo para a (re)construção do seu projecto de vida. *Os Referenciais de Competências-Chave** (RCC) de nível básico (Alonso *et al*, 2000) e de nível secundário (Gomes *et al*, 2006) constituem-se como as matrizes “curriculares”, onde se identificam as competências a certificar e os respectivos critérios de evidência, organizados em áreas de competências-chave.

Os Centros RVCC validam competências e certificam-nas em sede de júri, atribuindo aos adultos maiores de 18 anos um diploma de valor legal equivalente a qualquer dos ciclos do ensino básico. Até 2006 apenas se procedeu à certificação escolar (4º, 6º e

9º anos de escolaridade). Entre 2000 e 2005 foram certificados nos três ciclos do ensino básico 44 192 adultos e no ano seguinte foi atingido um total de 25 079 certificações.

Em Dezembro de 2005 foi apresentada publicamente, pelos ministros da Educação e do Trabalho e da Solidariedade Social, a Iniciativa Novas Oportunidades – um programa de acção que define uma estratégia nacional para as políticas públicas de educação e formação de jovens e adultos, com o objectivo de elevar até ao 12º ano de escolaridade os níveis de qualificação da população.

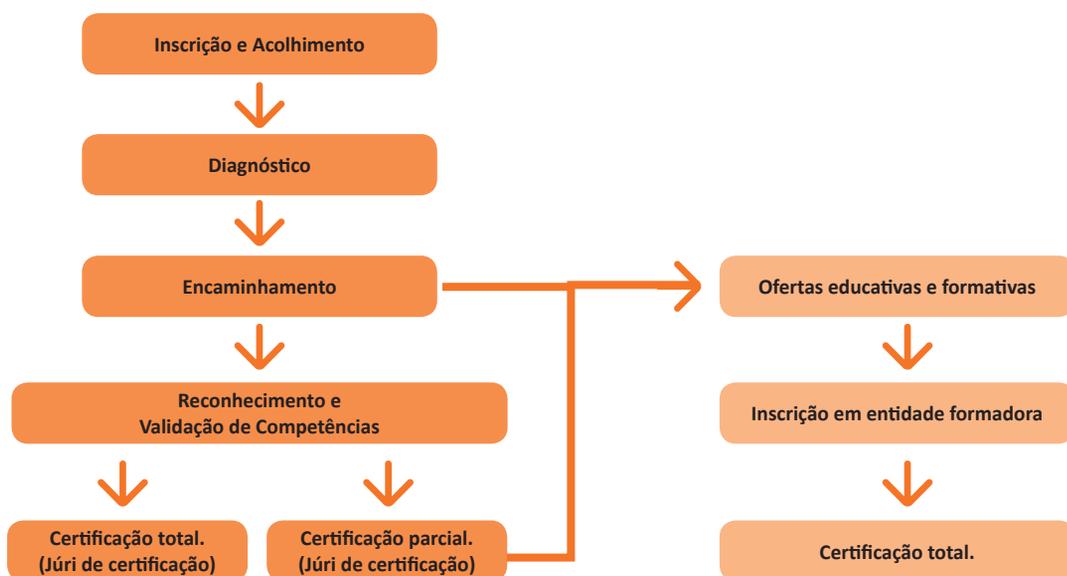
Assim, a partir de 2007, com a coordenação da Agência Nacional para a Qualificação, I.P. (ANQ)

e o apoio financeiro do Quadro Estratégico de Referência Nacional (QREN), através do eixo 2 do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), alarga-se significativamente o Sistema de RVCC em Portugal. Passando a operar unicamente nos *Centros Novas Oportunidades** (nova designação de todos os centros que desenvolvem processos de RVCC), o sistema RVCC vê ampliado o seu âmbito de actuação e o número de unidades orgânicas que o constitui, sobretudo com base nas sedes dos agrupamentos de escolas e nos centros de formação profissional. No final de 2010 existiam 459 Centros Novas Oportunidades em funcionamento em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira (RAM).

Os Centros Novas Oportunidades (CNO) passam, também, a partir de 2007, a desenvolver processos de RVCC de nível secundário, com base no respectivo Referencial de Competências-Chave, assim como dão início à realização de processos de certificação para algumas qualificações profissionais, cuja metodologia foi experimentada, a partir de 2005, nos Centros de Formação Profissional do IEFP. Os processos de nível secundário destinam-se privilegiadamente a adultos maiores de 23 anos ou maiores de 18 anos com três anos de experiência

profissional devidamente comprovada. A actuação destes centros passa também a incluir uma etapa prévia de diagnóstico e encaminhamento, exigindo uma maior articulação com as diversas entidades formadoras existentes no mesmo território e uma adequação dos percursos de qualificação às características individuais dos candidatos, mediante a sua orientação para outras modalidades integradas no Sistema Nacional de Qualificações (Decreto-Lei nº 396/2007, de 31 de Dezembro), como os cursos EFA, as formações modulares ou as vias de conclusão do secundário.

Com a criação dos Centros Novas Oportunidades, o alargamento da sua actividade à certificação de nível secundário, a integração destes processos como “portas de entrada” para o Sistema Nacional de Qualificações e o crescimento exponencial do número de inscrições, as dimensões de intervenção destas unidades orgânicas, como referido anteriormente, diversificaram-se e alargaram-se. Aos três eixos que até então as estruturavam – reconhecimento, validação e certificação de competências – foram adicionadas outras dimensões (conforme esquema infra), com a conseqüente diversificação das funções dos elementos das respectivas equipas técnico-pedagógicas.



Os adultos que obtêm uma certificação de nível secundário nos CNO, assim como todos os que são detentores de diploma deste nível de escolaridade sem menção quantitativa de classificação, podem candidatar-se ao ensino superior, sendo-lhes atribuída uma classificação que resulta da classificação, ou da média das classificações obtidas nos exames nacionais do ensino secundário que se constituam como provas de ingresso para o par estabelecimento/curso a que pretendem concorrer (Deliberação 1650/2008 - CNAES). Por outro lado, e caso não detenham a devida habilitação de acesso (entende-se por habilitação de acesso a titularidade de um curso de ensino secundário ou equivalente e a realização de exames nacionais que se constituem como provas de ingresso para o curso pretendido), poderão, também, aceder ao ensino superior através das Condições Especiais de Acesso para Maiores de 23 anos (DL 64/2006 – MCTES).

Os dados que se apresentam neste capítulo referentes a Portugal reportam-se ao Continente e à RAM. A informação relativa à Região Autónoma dos Açores não pode ser considerada pelo facto desta região ter criado um sistema próprio que não permite a comparabilidade. A RAA iniciou o desenvolvimento dos processos de RVCC a partir de

2009, com a publicação da Resolução do Conselho do Governo nº 86/2009, dando-lhes a designação de Rede Valorizar. Esta Rede é um serviço do Governo Regional, estando os seus aspectos funcionais na dependência da Direcção Regional do Trabalho, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor. Até Abril de 2011 inscreveram-se 4 032 adultos na Rede Valorizar, tendo maioritariamente como habilitação académica o 3º ciclo do ensino básico¹. Do total de inscritos, 1641 são homens e 1 540 mulheres, a maior parte (2588) são empregados por conta de outrem. A Rede Valorizar é composta por três pontos fixos de atendimento – São Miguel, Terceira e Faial, podendo estar presente nas outras ilhas através das suas equipas móveis.

1 <http://www.redevalorizar.azores.gov.pt/redevalorizar/RedeValorizar/Estatisticas.aspx>

4.1. Caracterização da actividade

Como se referiu anteriormente, com a Iniciativa Novas Oportunidades e a criação dos Centros Novas Oportunidades pretendeu-se operacionalizar uma estratégia ambiciosa de mobilização da sociedade portuguesa, com vista a promover a qualificação da população activa ao nível do ensino secundário, que obrigou a uma alteração significativa das dinâmicas de funcionamento daquelas organizações e das formas de articulação entre entidades do mesmo território.

Inscritos

A análise da evolução do número de adultos inscritos nos Centros (Tabela 4.1.1.) revela o modo como uma oferta desenhada para se adequar ao perfil e necessidades da população adulta pouco qualificada, implementada numa malha territorial de grande proximidade com a população alvo, pode contrariar a dificuldade de mobilização destes públicos para novos processos de aprendizagem.

Entre 2006 e 2009 o número de inscritos com o objectivo de obterem uma certificação de nível básico aumenta quase para o dobro, decrescendo cerca de 10% em 2010. Os que pretendem obter o nível secundário acorrem aos CNO em número muito significativo, em 2007 e 2008, diminuindo em 2009 cerca de 7% e quase 15% em 2010. O total acumulado dos inscritos entre 2000 e 2010 ascende a 1 316 955 adultos que aspiram à certificação de nível básico ou de nível secundário.

Entre os 25 e os 44 anos a procura é mais elevada, sendo de salientar, no entanto, que entre 2007 e 2010 a percentagem de adultos inscritos com idades entre os 25 e os 34 anos decresce enquanto na faixa etária seguinte o número se mantém (Figura 4.1.1.). As mulheres representam, durante toda a série apresentada na figura 4.1.2., a maioria dos que procuram, por esta via elevar os seus níveis de qualificação.

Em 2007 os empregados representavam muito claramente a grande maioria dos inscritos com 71,41% do total, mas até 2010 o seu número foi decrescendo, até ser ultrapassado pelo dos desempregados que nesse ano atingiu os 48,76%. Todas as restantes situações, como reformados e domésticos, entre outras, têm uma dimensão residual no conjunto dos inscritos (Tabela 4.1.a., em anexo estatístico).

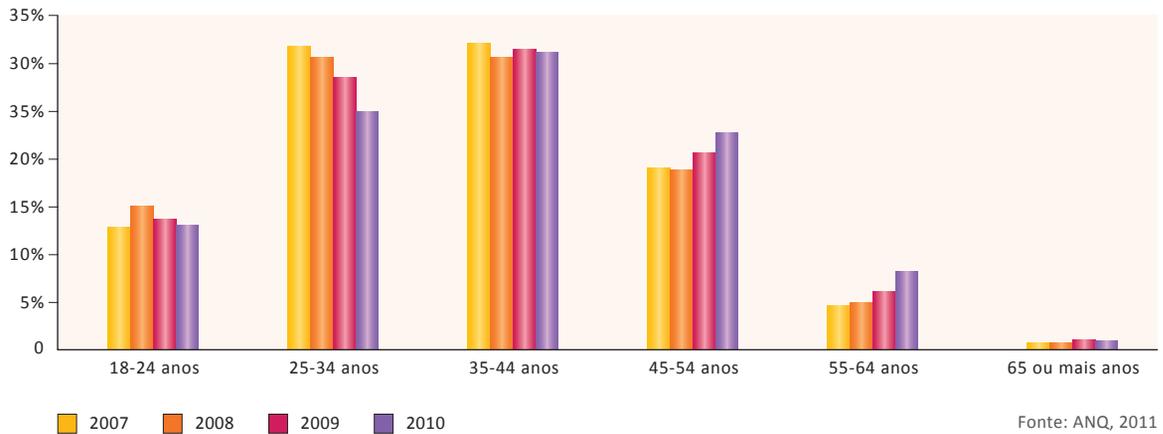
A procura de certificação profissional ou de dupla certificação representa em 2010, ano em que teve mais significado, apenas 7,8% do total dos inscritos nos CNO.

Tabela 4.1.1. Evolução do nº de adultos inscritos por nível de ensino pretendido. Continente e RAM

| | 2000 - 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|--------------|----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Básico | 153 719 | 77 246 | 133 424 | 138 382 | 142 862 | 128 281 |
| Secundário | 0 | 0 | 148 588 | 145 126 | 134 686 | 114 641 |
| Total | 153 719 | 77 246 | 282 012 | 283 508 | 277 548 | 242 922 |

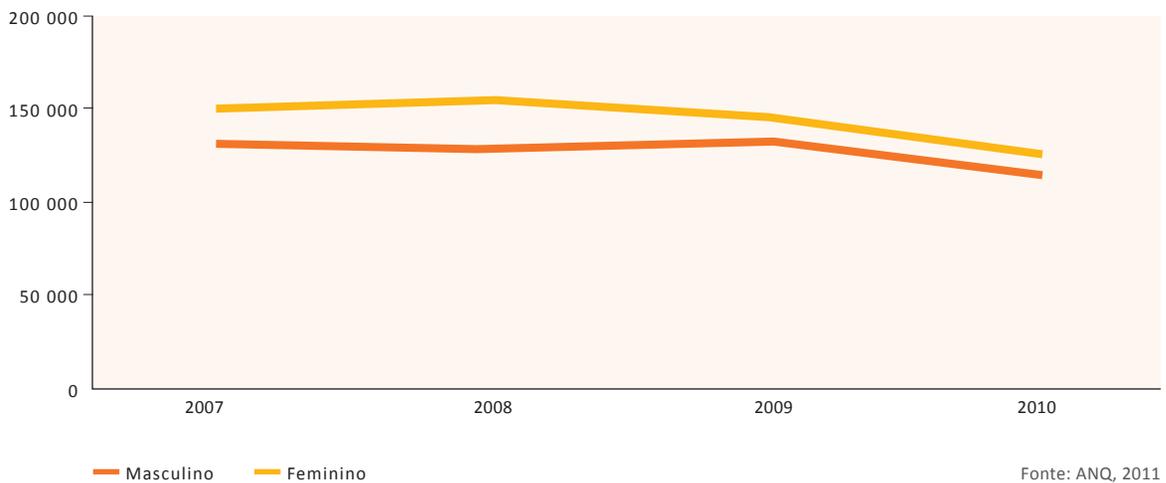
Fonte: ANQ, 2011

Figura 4.1.1. Evolução dos adultos inscritos por classe etária (%). Continente e RAM



Fonte: ANQ, 2011

Figura 4.1.2. Evolução do número de adultos inscritos (n.º) por sexo. Continente e RAM



Fonte: ANQ, 2011

Diagnóstico e encaminhamento para formação

Nesta fase do processo pretende-se desenvolver e aprofundar a análise do perfil do adulto, clarificando as suas necessidades, interesses e expectativas, apoiando a definição das melhores soluções de qualificação para cada pessoa.

Tal como acontece com os inscritos, o peso dos adultos em diagnóstico (Tabela 4.1.2.) que pretendem obter uma qualificação profissional ou dupla certificação não é ainda relevante no total dos que se encontram nesta fase do trabalho dos CNO, ao contrário do que acontece em grande parte dos países que começaram por desenvolver estas metodologias precisamente na vertente profissional.

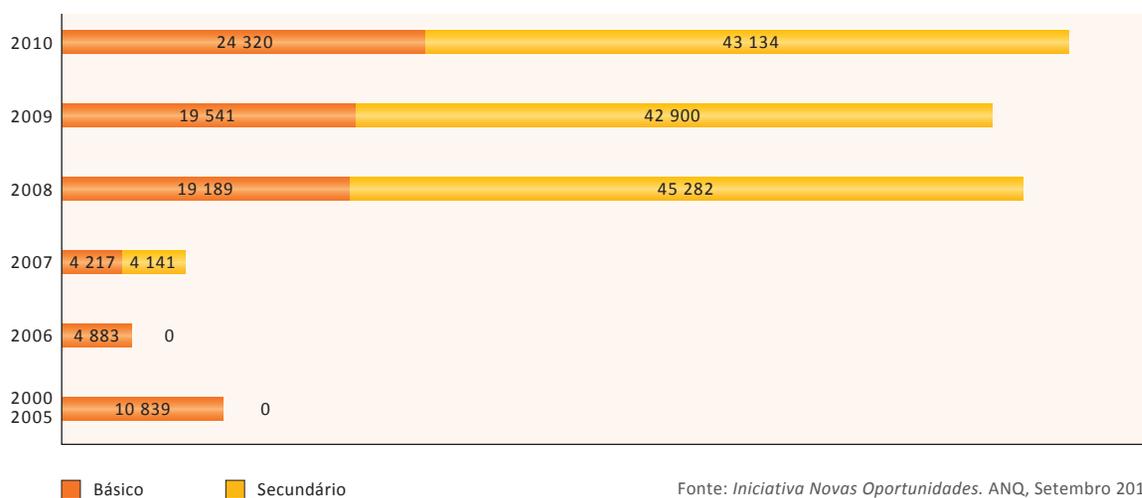
Não será de estranhar que os encaminhamentos para ofertas formativas fora dos CNO abranjam sobretudo os que procuram uma certificação de nível secundário (Figura 4.1.3.), representando aproximadamente o dobro dos que pretendem uma certificação de nível básico nos três últimos anos. De notar que estes valores incluem tanto os adultos que não chegam a iniciar o processo de RVCC, como aqueles que, tendo obtido certificação de algumas competências, necessitam de formação com uma duração superior a 50 horas para atingirem o nível de certificação pretendido.

Tabela 4.1.2. Evolução do número de adultos em diagnóstico, por tipo de certificação pretendida. Continente e RAM

| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|--------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Escolar | 195 469 | 313 864 | 293 352 | 244 595 |
| Profissional | 494 | 1 568 | 5 420 | 7 987 |
| Dupla Certificação | 94 | 212 | 1 399 | 1 306 |
| Total | 196 057 | 315 644 | 300 171 | 253 888 |

Fonte: ANQ, 2011

Figura 4.1.3. Evolução de encaminhamentos (n.º) para ofertas formativas, por nível de ensino pretendido. Continente e RAM



Fonte: *Iniciativa Novas Oportunidades*. ANQ, Setembro 2010
<http://www.anq.gov.pt/> [Acedido em 30.06.2011]

Reconhecimento, validação e certificação de competências

Os processos de RVC desenvolvem-se através de metodologias de Balanço de Competências e abordagens (Auto)biográficas, de modo a evidenciar as aprendizagens efectuadas em contextos formais, não-formais e informais, ao longo dos quais os adultos constroem um Portefólio Reflexivo de Aprendizagens ou um Dossiê Pessoal de Competências, tendo como referências fundamentais os Referenciais de Competências-Chave de nível secundário ou de nível básico.

Estes processos decorrem, segundo os dados disponibilizados pela ANQ sobre Avaliação Externa (Carneiro, 2010), em intervalos temporais distintos consoante se trate de processos de nível básico ou de nível secundário e em função das características individuais de cada candidato, sendo que entre 2007 e 2010 a duração dos processos de nível básico variou entre 6 e 7 meses e os de nível secundário variaram entre 5 e 10 meses.

Uma das hipóteses explicativas para esta variação poderá encontrar-se no nível dos conhecimentos e competências que os adultos revelam no início do processo. Outra hipótese pode estar relacionada com a organização, a dinâmica e a estabilidade das próprias equipas pedagógicas. Com a alteração do número e do vínculo laboral dos elementos das equipas pedagógicas perde-se a experiência adquirida e o investimento na sua formação, efectuado quer pelas entidades promotoras dos CNO, quer pelas entidades que acompanham e monitorizam o sistema.

A partir de 2007, ano em que se deu início ao trabalho ao nível do secundário, o aumento do número de adultos em processo de RVCC cresce globalmente de forma muito marcada, ainda que, em qualquer dos anos, a maioria realize o processo para obtenção do nível básico de educação (Figura 4.1.4.). De salientar, também, o decréscimo do número de adultos envolvidos nesta etapa do processo, verificado no ano de 2010.

O número de processos de RVCC para dupla certificação ou para certificação profissional é residual, tal como acontece com as inscrições (Figura 4.1.5.), representando 4% do total, em 2010. A fraca dinâmica verificada na certificação profissional pode justificar-se pela preferência dada pelos adultos à certificação escolar ou pelo reduzido número de referenciais para o reconhecimento de competências profissionais. A concepção destes referenciais tem sido progressiva. Para as 250 profissões disponíveis no *Catálogo Nacional de Qualificações**, em 2008, existiam 13 referenciais. Este número evoluiu para 30 no final desse ano, 37 em 2009, 71 em 2010 e 84 no final Julho de 2011.

Por outro lado, é preciso considerar que num universo de 459 centros existentes na rede em 2010, apenas 144 têm a possibilidade de reconhecer competências para pelo menos uma profissão. A região Norte é a que regista o maior número destes Centros (64), seguida pela região Centro (36) e pela região de Lisboa (27). De acordo com dados provisórios fornecidos pela ANQ, de 2007 a 2010 o número de certificados cresceu anualmente de forma significativa, tendo sido certificados neste período 3572 adultos, em 33 profissões. As áreas profissionais que registam o maior número de certificados são a dos serviços de apoio a crianças e jovens (1614), a electricidade e energia (691) e a construção civil e engenharia civil (284).

Em termos de situação face ao emprego, não se verifica entre 2007 e 2010, como nas inscrições nos CNO, uma aproximação da percentagem de empregados à dos desempregados, mantendo-se os primeiros com uma clara maioria de cerca de 63% em 2010, apesar do seu peso relativo ter vindo a diminuir a partir do ano de 2008 (Figura 4.1.6.).

Figura 4.1.4. Evolução do nº de adultos em processo RVCC, por nível de certificação pretendido. Continente e RAM

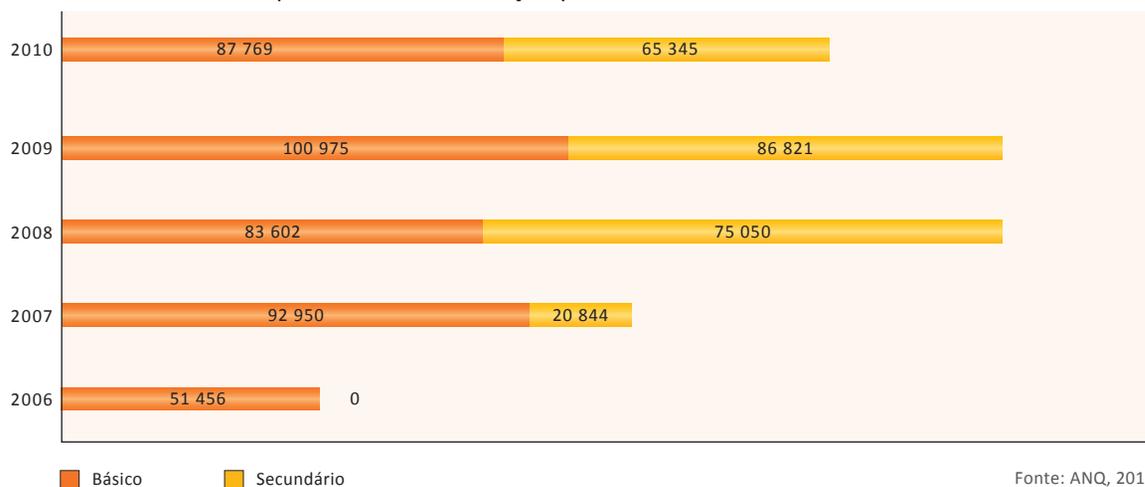


Figura 4.1.5. Adultos em processo de RVCC (%), por tipo de certificação pretendida. Continente e RAM (2010)

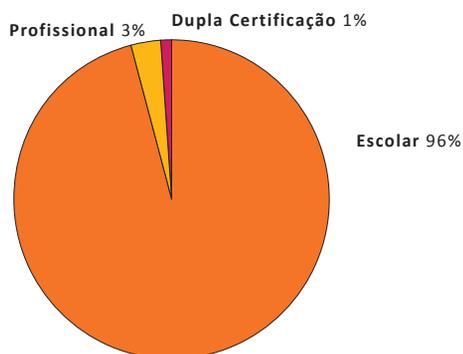
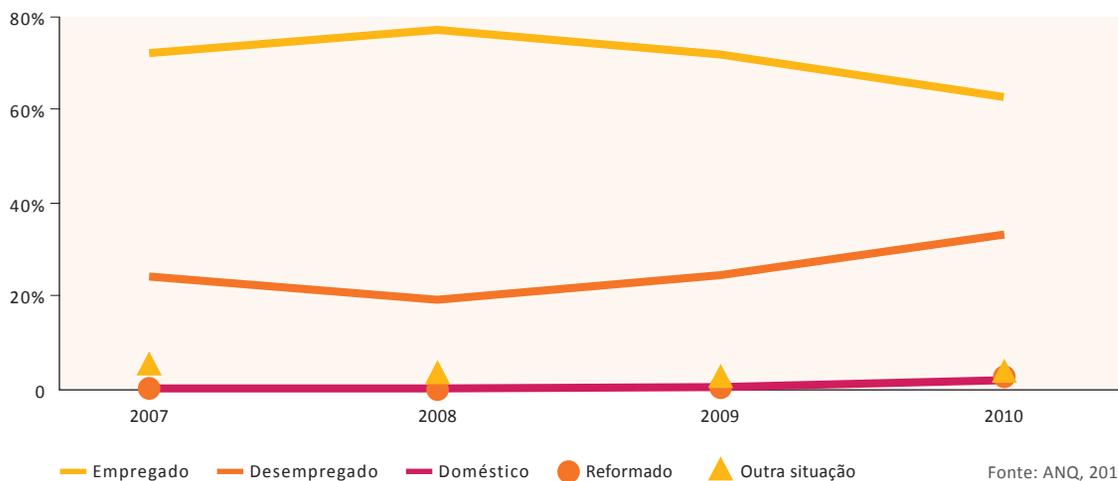


Figura 4.1.6. Evolução dos adultos em processo de RVCC (%), por situação face ao emprego. Continente e RAM



Formação complementar e certificações

Os adultos que pretendem obter certificação pelo processo de RVCC poderão necessitar de alguma formação complementar (até 50 horas) promovida pelos CNO, para reforçar competências nas áreas que integram o RCC.

Sempre que seja necessário mais tempo de formação para alcançar as condições necessárias para a certificação, deverá o CNO certificar as competências que tiverem sido validadas – certificação parcial – encaminhando em seguida o adulto para uma *entidade formadora certificada** que possa promover as restantes aprendizagens necessárias a uma certificação total.

Apesar do limite máximo de horas de formação complementar nos Centros Novas Oportunidades ser de 50 horas, pode verificar-se (Tabela 4.1.3.) que, entre 2007 e 2010, o número médio de horas de formação realizado por adulto para a obtenção de um diploma de nível básico aumentou ligeiramente, mas não ultrapassa as 22 horas. Já para a obtenção de um diploma de nível secundário se passou precisamente o inverso, ou seja, o número médio de horas decresceu entre 2007 e 2010, atingindo o mínimo de 16h por adulto. Poder-se-ão levantar algumas hipóteses explicativas para este facto: para além de os adultos que pretendem obter uma qualificação de nível secundário poderem ser detentores de mais competências do que os que se perfilam para a certificação de nível básico, poderá também admitir-se a hipótese de os adultos realizarem formação por sua iniciativa, antes de iniciarem o processo de RVCC, na perspectiva de encurtarem o tempo que medeia entre a inscrição e a obtenção da certificação.

De notar também que, como se verificou no ponto relativo aos encaminhamentos para outras ofertas formativas, a percentagem de adultos inscritos para a obtenção de uma certificação de nível secundário que foi encaminhada para formação é superior à dos que se inscrevem para obterem uma certificação de nível básico.

A situação das certificações e a sua evolução no que diz respeito aos níveis obtidos pelos adultos (Tabela 4.1.4.), bem como ao tipo de certificação pretendida seguem a mesma tendência que se verifica nas inscrições e nos processos de RVCC: sobe até 2009 e desce em 2010. Esta subida decorre, também, da evolução do número de CNO ao longo da década que, como veremos no ponto referente à Rede de Centros, atingiu em 2006 e 2008 o seu número mais elevado, produzindo efeitos visíveis, em termos de certificação, em 2007 e 2009. Desde o início desta metodologia de trabalho foram certificados nos dois níveis de escolaridade num total de 409 641 adultos.

Relativamente à distribuição das certificações por sexos, verifica-se que, mantendo-se as mulheres, ao longo da série apresentada na Figura 4.1.7., com uma percentagem superior a 50% do total das certificações, essa percentagem tem vindo a decrescer ligeiramente ao mesmo tempo que a percentagem de homens certificados aumenta de forma pouco significativa.

Já quanto à distribuição das certificações por grupos etários mantém-se, como na fase das inscrições, a predominância do grupo dos 35 aos 44 anos, mas inverte-se o peso dos adultos com idades entre os 45 e os 54 anos, relativamente aos que têm entre 25 e 34 anos. Destinando-se este processo a reconhecer e certificar competências adquiridas, sobretudo, fora dos contextos formais de educação e formação, é compreensível que aqueles que possuem maior experiência profissional e de vida acedam à certificação total por esta via de qualificação, em detrimento dos mais jovens para os quais existem outras opções no contexto do Sistema Nacional de Qualificações.

Tabela 4.1.3. Número médio de horas de formação complementar realizada pelos adultos que obtiveram certificação total nos CNO, por nível obtido. Continente e RAM

| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|------------|------|------|------|------|
| Básico | 18 | 21 | 21 | 22 |
| Secundário | 24 | 21 | 17 | 16 |

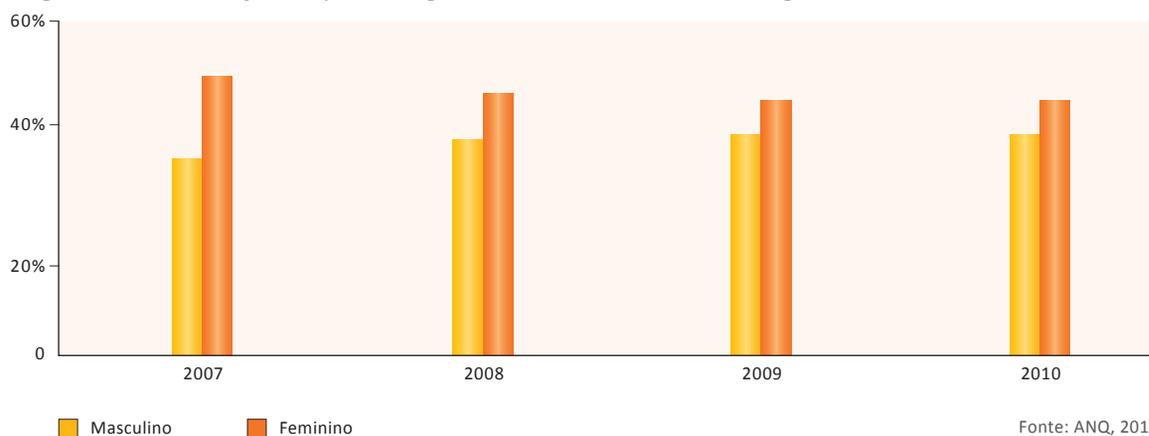
Fonte: ANQ, 2011

Tabela 4.1.4. Evolução do número de adultos certificados nos CNO, por nível de certificação. Continente e RAM

| | 2000-2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| Básico | 44 192 | 25 079 | 54 815 | 59 758 | 73 554 | 62 145 |
| Secundário | 0 | 0 | 248 | 14 629 | 38 760 | 36 461 |
| Total | 44 192 | 25 079 | 55 063 | 74 387 | 112 314 | 98 606 |

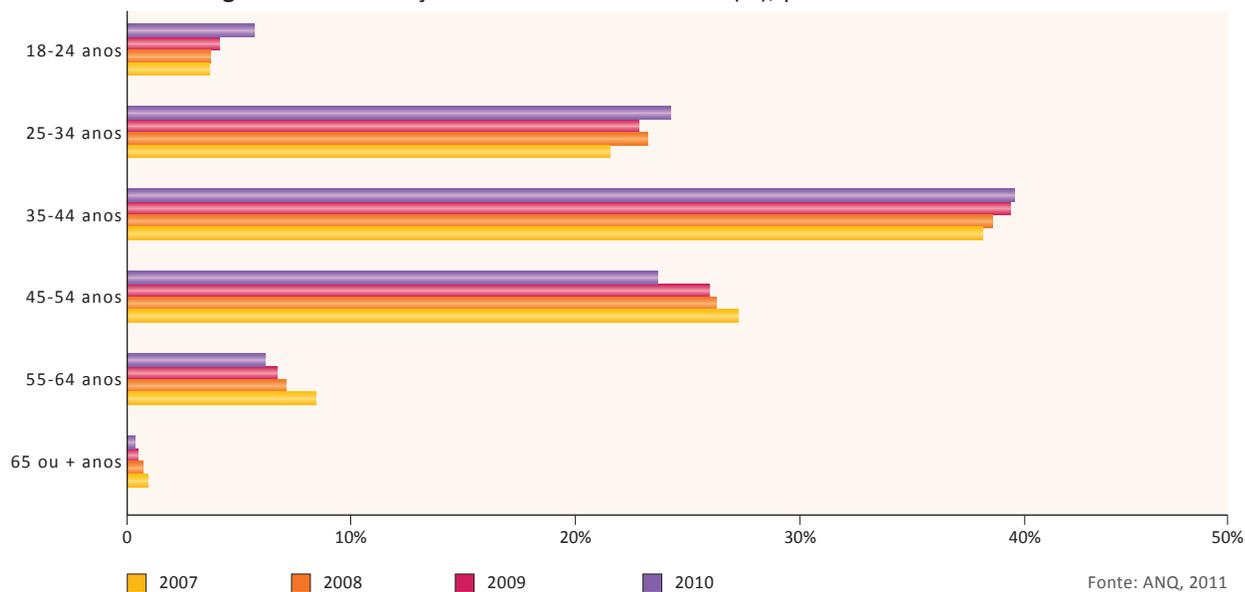
Fonte: ANQ, 2011

Figura 4.1.7. Evolução da percentagem de adultos certificados, segundo o sexo. Continente e RAM



Fonte: ANQ, 2011

Figura 4.1.8. Evolução de adultos certificados (%), por classe etária. Continente e RAM



Fonte: ANQ, 2011

A importância da experiência profissional poderá explicar, também, o peso dos empregados (Figura 4.1.9.) no total dos certificados nos CNO, com uma percentagem de 69% em 2010. Aliás, neste ano, o número de desempregados inscritos nos Centros ultrapassou pela primeira vez o número de empregados que se inscreveram.

A região Norte apresenta cerca de 44% do total das certificações em CNO (Tabela 4.1.5.), em 2010. É esta região que apresenta, também, o maior número de inscritos e de activos com baixas qualificações escolares, comparativamente com as restantes NUT II.

A evolução da relação entre número de inscritos e de certificados entre 2000 e 2010 (Figura 4.1.10.) sofreu dois momentos de viragem: em 2007 e 2008 em que a diferença entre as duas situações se acentuou com o aumento exponencial do número de inscritos e em 2009 e 2010 em que os valores respectivos se aproximam mais. Para esta situação poderá ter contribuído a diminuição do número de inscritos, verificada a partir de 2009, o que permite à equipa pedagógica ficar menos sobrecarregada com as fases que precedem o RVCC e, também, o salto quantitativo da Rede de CNO verificado a partir do final de 2008, como veremos no ponto seguinte.

Salienta-se, novamente, que nem todos os inscritos nos Centros Novas Oportunidades obtêm certificação através dos processos de RVCC, muitos são encaminhados para ofertas formativas imediatamente após a realização do diagnóstico, não sendo por isso contabilizados no número de certificados pelos CNO. Devia ser possível acompanhar o percurso de todos os adultos que se inscrevem nos CNO até obterem a certificação completa, através do Sistema de Informação e Gestão da Oferta (SIGO), de modo a avaliar a eficácia global do sistema.

Embora a diferença entre o número de inscritos e certificados possa, eventualmente, reflectir uma prática de rigor e exigência associada a estes processos, ela também pode ser um indício da dificuldade que as equipas dos CNO têm em responder ao aumento da procura destas modalidades de certificação e qualificação.

Figura 4.1.9. Evolução dos adultos certificados (%), por situação face ao emprego. Continente e RAM

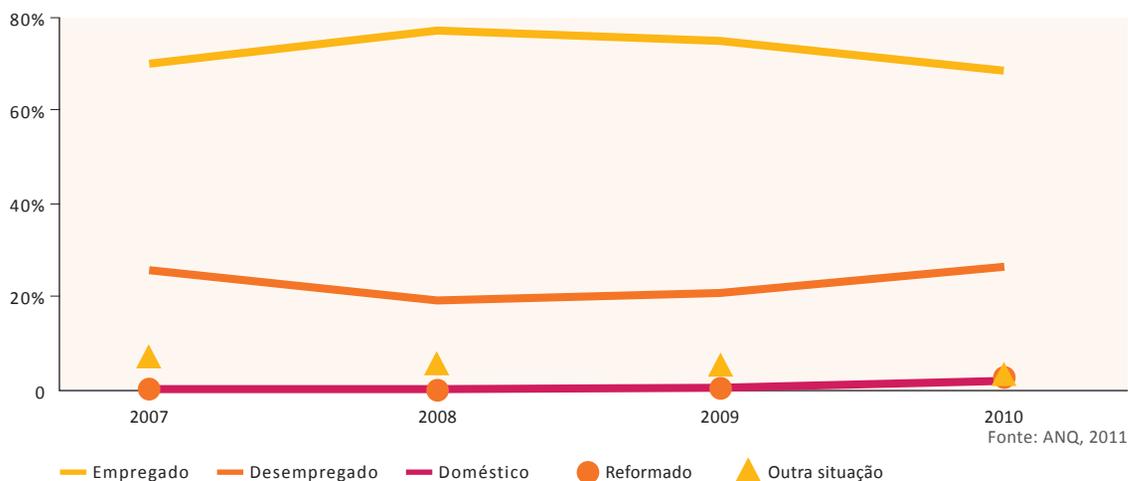
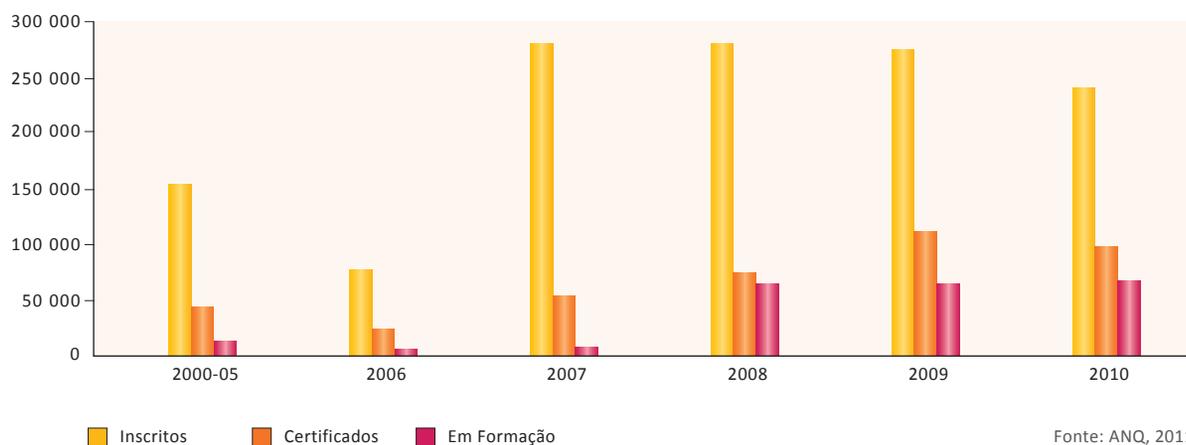


Tabela 4.1.5. Evolução do número de adultos certificados por NUT I e II. Continente e RAM

| (NUT I e II) | Centros RVCC | | Centros Novas Oportunidades | | | |
|--------------|--------------|--------|-----------------------------|---------|--------|--|
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | |
| Portugal | 25 079 | 55 063 | 74 387 | 112 314 | 98 606 | |
| Continente | 24 998 | 54 840 | 73 944 | 111 884 | 98 093 | |
| Norte | 9 401 | 22 617 | 32 844 | 52 019 | 43 323 | |
| Centro | 7 337 | 14 251 | 18 051 | 25 947 | 23 078 | |
| Lisboa | 5 334 | 9 241 | 13 465 | 22 949 | 21 921 | |
| Alentejo | 2 048 | 7 099 | 7 625 | 7 664 | 6 539 | |
| Algarve | 878 | 1 632 | 1 959 | 3 305 | 3 232 | |
| R.A. Madeira | 81 | 223 | 443 | 430 | 513 | |

Fonte: ANQ, 2011

Figura 4.1.10. Evolução do número de adultos inscritos, encaminhados para formação e certificados em Centros RVCC e CNO. Continente e RAM



4.2. Recursos investidos

Rede de Centros

Como está patente na Figura 4.2.1. a Rede de Centros que promovem os processos de RVCC conheceu dois momentos de expansão muito significativos – 2006 e 2008. Este aumento do número de Centros deve-se à mobilização e adesão ao sistema de entidades como associações empresariais e de desenvolvimento local, entre outras, mas sobretudo à entrada massiva das escolas públicas e dos centros de formação profissional na rede de Centros Novas Oportunidades (Figura 4.2.2.) que, em 2010, constituem, respectivamente, 44% e 19% da Rede.

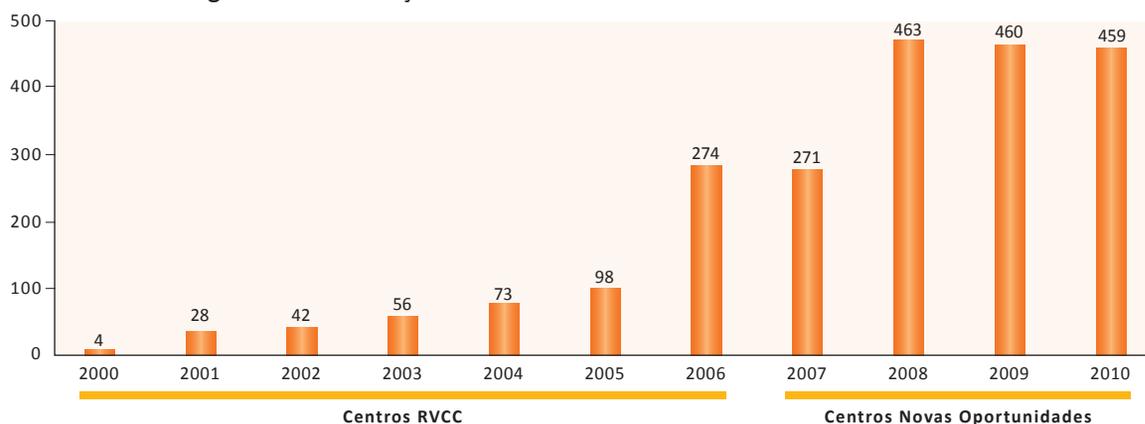
De salientar, igualmente, que para além da criação de CNO em instituições muito diversas, como demonstra a figura acima referida, foram, também, estabelecidos inúmeros protocolos de

articulação entre a tutela, o IEFP e muitas entidades empregadoras (92 até 2010)¹ e mesmo directamente entre estas e Centros Novas Oportunidades (mais de 8200 até Julho de 2010), de modo a facilitar o acesso dos seus colaboradores aos processos de qualificação no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações.

Numa análise da distribuição por região (Tabela 4.2.1.), verifica-se que o número de Centros praticamente duplicou em todas as regiões, entre 2006 e 2010, sendo a região do Norte a que detém o maior número (40% em 2010), em linha com o número de inscritos e de certificados que também é superior ao das demais regiões.

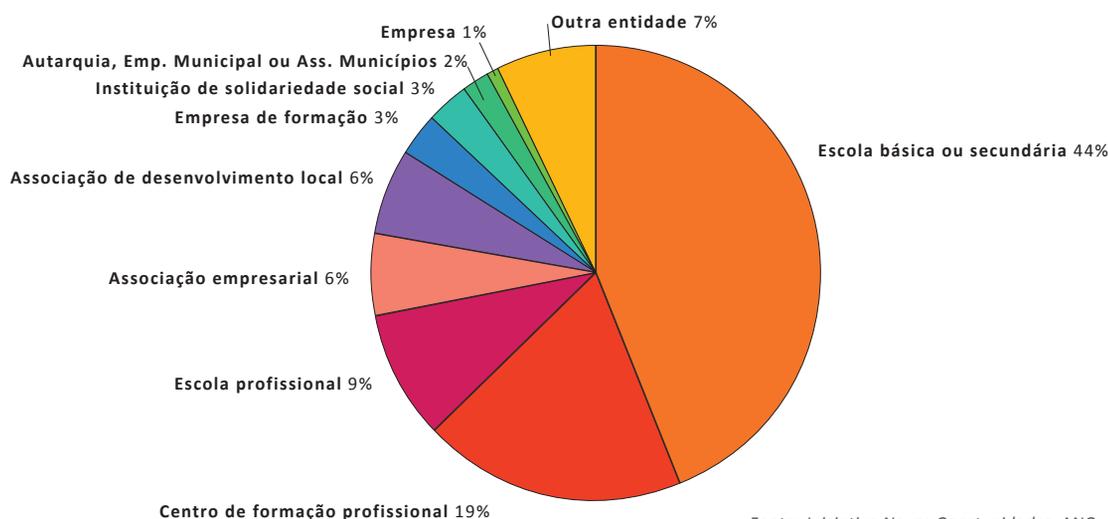
1 Apresentação da avaliação da INO, ANQ, Setembro 2010.

Figura 4.2.1. Evolução do Nº de centros RVCC e CNO. Continente e RAM



Fonte: *Iniciativa Novas Oportunidades*. ANQ, Setembro 2010
<http://www.anq.gov.pt/> [Acedido em 30.06.2011]

Figura 4.2.2. CNO por tipo de entidade promotora (%). Continente e RAM (Setembro de 2010)



Fonte: *Iniciativa Novas Oportunidades*. ANQ, Setembro 2010
<http://www.anq.gov.pt/> [Acedido em 30.06.2011]

Tabela 4.2.1. Evolução do número de Centros RVCC e CNO por NUT I e II

| NUT I e II) | Centros RVCC | | Centros Novas Oportunidades | | | |
|--------------|--------------|------|-----------------------------|------|------|--|
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | |
| Portugal | 274 | 271 | 463 | 460 | 459 | |
| Continente | 271 | 268 | 457 | 454 | 453 | |
| Norte | 98 | 97 | 186 | 186 | 185 | |
| Centro | 72 | 70 | 111 | 110 | 111 | |
| Lisboa | 52 | 51 | 90 | 87 | 87 | |
| Alentejo | 39 | 40 | 50 | 50 | 50 | |
| Algarve | 10 | 10 | 20 | 21 | 20 | |
| R.A. Madeira | 3 | 3 | 6 | 6 | 6 | |

Fonte: ANQ, 2011

Recursos humanos

Com o alargamento e a diversificação das vertentes de actuação dos Centros Novas Oportunidades, as equipas técnico-pedagógicas diversificaram, também, os seus perfis, sendo constituídas actualmente pelos seguintes profissionais (Portarias 370/2008 e 211/2011):

Director – representa institucionalmente o CNO;

Coordenador – assegura a dinamização das actividades do CNO, a sua gestão pedagógica, administrativa e financeira;

Técnico de diagnóstico e encaminhamento – responsável pelo acolhimento do utente e pela condução das etapas de diagnóstico e encaminhamento dos adultos inscritos;

Profissional de RVC – acompanha as etapas de diagnóstico e encaminhamento e acompanha e apoia os adultos na construção dos portefólios reflexivos de aprendizagem (PRA) ou dossiês pessoais de competências, consoante o nível de certificação pretendido, em articulação com os formadores de cada uma das áreas de competência-chave. Organiza também, em conjunto com formadores e avaliadores, os júris de certificação.

Formador – apoia o processo de RVC, orientando a construção dos PRA ou dos Dossiês, participa na validação de competências, nos júris de certificação, assim como organiza e desenvolve as acções de formação complementar;

Tutor de RVC (técnico de RVC profissional) – responsável pela condução dos processos de RVC profissional, participando na certificação dessas competências;

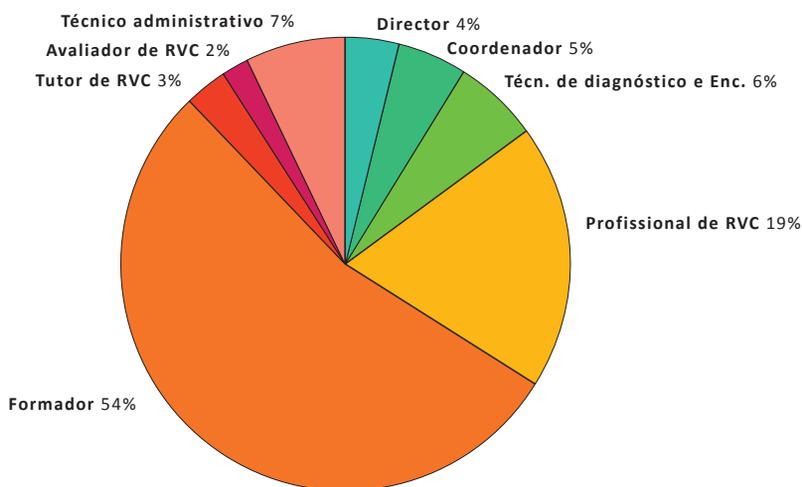
Avaliador RVC – participa no processo de RVC profissional sempre que seja necessária observação de desempenho em posto de trabalho e participa no júri de certificação.

Técnico-administrativo – apoia em termos administrativos e financeiros o CNO.

As mulheres constituem, desde sempre, a maioria dos elementos destas equipas, verificando-se um ligeiro aumento da taxa de feminidade que, em 2010, se situava nos 73,9% (Tabela 4.2.2.).

Quanto ao vínculo laboral dos elementos das equipas com as respectivas entidades promotoras de CNO, pode afirmar-se que ao longo da série apresentada na Figura 4.2.4. a maioria dos que trabalham neste “sector profissional”, os formadores e profissionais de RVC, se encontra em situação laboral precária. Numa área de trabalho tão recente e inovadora em Portugal e em que têm sido, sobretudo, os próprios profissionais a construir as referências para a afirmação do sistema, a pouca estabilidade destes profissionais pode considerar-se problemática para a evolução do sistema.

Figura 4.2.3. Elementos das equipas técnico-pedagógicas (%) por função desempenhada. Continente e RAM (2010)



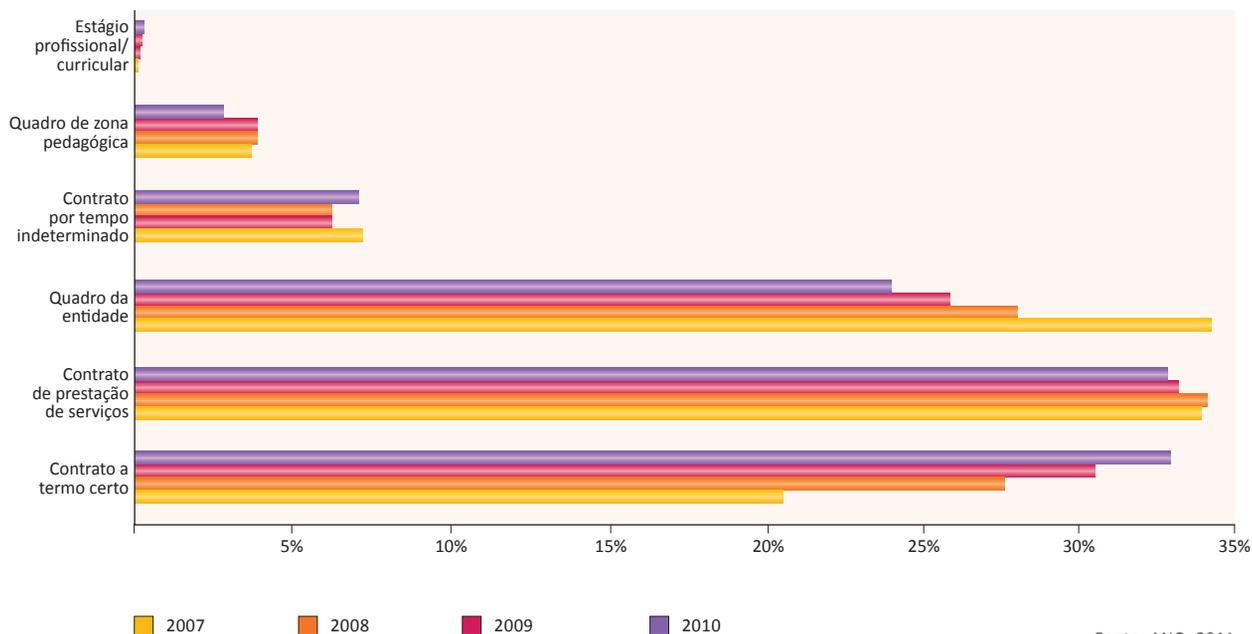
Fonte: ANQ, 2011

Tabela 4.2.2. Evolução dos elementos das equipas dos CNO (n.º), por sexo e da taxa de feminidade. Continente e RAM

| sexo | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|--------------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| Masculino | 1 542 | 2 933 | 3 258 | 3 035 |
| Feminino | 3 860 | 8 041 | 9 044 | 8 576 |
| Total | 5 402 | 10 974 | 12 302 | 11 611 |
| taxa de feminidade | 71,5 | 73,3 | 73,5 | 73,9 |

Fonte: ANQ, 2011

Figura 4.2.4. Evolução dos elementos das equipas dos CNO (%), por tipo de vínculo laboral. Continente e RAM



Fonte: ANQ, 2011

Recursos financeiros

Os dados disponíveis correspondem aos últimos dados oficiais publicados pelo POPH e, por se apresentarem truncados, não permitem comparar o investimento dos dois últimos anos. Ao tentarmos mobilizar outras fontes que utilizam diferentes formas de cálculo somos confrontados com valores de ordem diversa que fragilizam uma possível análise dos recursos financeiros investidos.

Face a estes constrangimentos, apenas podemos constatar um aumento global do montante financeiro entre 2007 e 2009 com destaque para o último destes anos. Como o montante do financiamento tem duas origens, verifica-se que a

parcela correspondente ao Fundo Social Europeu tem um peso muito superior à do Orçamento do Estado. Enquanto a contribuição do Fundo Social Europeu aumenta ao longo dos três anos, especialmente em 2009, a parte do Orçamento do Estado diminui de 2007 para 2008.

Não sendo viável estimar o custo por adulto certificado, apenas se pode constatar que o aumento do montante financeiro acompanha *grossa modo* o aumento do número de adultos certificados.

Tabela 4.2.3. Financiamento atribuído aos Centros Novas Oportunidades, por origem do financiamento

| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|--------------|-------------|
| origem do financiamento | euros | euros | euros | euros |
| Fundo Social Europeu ¹⁾ | 37 855 933,0 | 47 721 604,0 | 83 961 887,5 | n.d. |
| Orçamento do Estado ²⁾ | 25 926 075,6 | 24 338 018,0 | n.d. | n.d. |
| Total | 63 782 008,6 | 72 059 622,0 | n.d. | n.d. |

Notas: 1) Os dados de 2007 provêm dos Relatórios de Execução do PRODEP III (Acção 4.1) e do Relatório de Execução do POEFDS (Tipologia 4.2.5). Os dados referentes aos anos 2008 e 2009 provêm dos Relatórios de Execução do POPH e dizem respeito às despesas aprovadas pela Autoridade de Gestão para as tipologias de intervenção 2.1 - RVCC, 8.2.1 - Algarve e 9.2.1 - Lisboa.

Fonte: ANQ, 2011

2) Valores estimados pela conjugação da contrapartida pública nacional com o financiamento do Orçamento de Estado nas regiões que estão fora dos critérios de convergência. Dizem respeito a CNO instalados em entidades diversas, como escolas e centros de formação profissional, entre outras.

4.3. Avaliação externa

Desde 2008, decorre um conjunto de estudos de avaliação externa (Carneiro, 2009) da Iniciativa Novas Oportunidades – Eixo Adultos, realizado por uma equipa da Universidade Católica, sob a coordenação do Eng. Roberto Carneiro.

Esta avaliação, que se pretende independente e de natureza marcadamente académica, não se encontra ainda finalizada tendo, no entanto, produzido já alguns resultados disponibilizados no site da ANQ.

Está estruturada em dois eixos: (i) de avaliação sistémica orientado para a produção, tratamento e análise de indicadores do funcionamento dos Centros e (ii) de monitorização e auto-avaliação de toda a rede de implementação da Iniciativa Novas Oportunidades.

Para efeitos do presente relatório, salienta-se sobretudo alguns resultados de estudos de caso (55 no total) integrados no primeiro eixo da avaliação externa que pretendem avaliar, entre outras dimensões, as competências-chave efectivamente detidas pelos adultos e a sua valorização para os indivíduos, para os CNO e para os empregadores.

Do ponto de vista metodológico, foi utilizado um conjunto de instrumentos já aplicados ou em desenvolvimento pela OCDE e pela UE, do tipo *skills surveys*, recorrendo-se ainda à recolha e

comparação de evidências empíricas, no âmbito dos estudos de caso realizados em CNO. Procurou-se avaliar o progresso no domínio/desempenho das competências-chave definidas, a partir da inquirição a adultos já certificados, a profissionais dos CNO e a empregadores.

O que esta avaliação põe em evidência, conforme é possível constatar nos documentos já publicados e acessíveis no sítio da ANQ¹ sobre o assunto, é que, sendo este um processo formativo em si próprio, se verifica um progresso no domínio das competências-chave requeridas, quer ao nível do ensino básico, quer ao nível do secundário. Este progresso é, contudo, mais notório no uso e domínio da literacia (leitura, escrita e oralidade), nas e-competências (uso de computador e internet) e na capacidade para “aprender a aprender”. É, por outro lado, menor o realizado em determinadas *hard-skills*, como a matemática, a língua estrangeira ou as competências básicas em ciência e tecnologia. Estas são também as competências-chave menos requeridas nos contextos de trabalho dos adultos inquiridos.

Os principais impactos destes processos de qualificação são, sem dúvida, para os indivíduos, o que se manifesta através do aumento da sua cultura geral, do reforço da vontade de voltar a estudar e da mudança que produz nas suas vidas profissionais (Carneiro, 2010).

1 <http://www.anq.gov.pt/default.aspx>

DESTAQUES

AVANÇOS

- Reconhecimento por parte da sociedade portuguesa da importância da elevação dos níveis de qualificação da população.
- Valorização social da Aprendizagem ao Longo da Vida e da dimensão específica da Educação de Adultos.
- Reconciliação dos adultos pouco escolarizados com os percursos de educação e formação, por via da valorização da sua experiência de vida.
- Significativo aumento do envolvimento de estabelecimentos de ensino e de centros de formação profissional públicos, bem como de associações empresariais e de desenvolvimento local, na criação de CNO.
- Aumento da procura de vias de melhoria das qualificações por parte de jovens e adultos.
- Alargamento dos processos de RVCC ao nível secundário e a algumas áreas de formação profissional.
- Aprofundamento da articulação entre os processos de RVCC e as ofertas educativas e formativas existentes.
- Contributo decisivo dos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências para a melhoria dos níveis de qualificação da população.

PROBLEMAS E DESAFIOS

- Expressão reduzida dos processos de RVCC profissional a nível nacional.
- Inexistência de um sistema de informação que monitorize os percursos formativos dos adultos que se inscrevem nos CNO e são encaminhados para outras ofertas educativas e formativas.
- Cooperação incipiente entre os CNO e as entidades educativas e formativas que trabalham num mesmo território.
- Instabilidade das equipas pedagógicas dos CNO, o que se revela problemático para a evolução do sistema.
- Necessidade de assegurar a credibilidade e sustentabilidade do sistema através de estudos de avaliação externa e de monitorização da qualidade dos processos de trabalho dos CNO, nomeadamente das estratégias de orientação, de reconhecimento e de validação de competências desenvolvidas pelos Centros